



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Exmo. Sr.
Dr. António Luís Santos da Costa
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

REQUERIMENTO

De acordo com informações prestadas em Reunião pública de Câmara pelo Vereador Duarte Cordeiro a propósito do estado de degradação do Parque Tejo, o serviço de manutenção e de reabilitação dos espaços verdes, respeitante ao Parque Tejo, na Freguesia do Parque das Nações, foi adjudicado no dia 18 do mês de Julho à empresa Fitonovo, tendo o contrato entrado em vigor no dia 21, com uma duração de seis meses, contemplando também a recuperação de algum mobiliário urbano e de parte dos passadiços.

Segundo informações veiculadas pelo jornal Público, o serviço foi adjudicado pelo preço de 69.361,86 euros mais IVA - um cêntimo acima dos 69.361,85 euros que determinavam a exclusão automática da proposta, por ser considerada, nos termos do caderno de encargos, "anormalmente baixa".

O preço anormalmente baixo apresentado, só por si, levanta dúvidas sobre a qualidade e garantia do serviço a prestar.

Acontece que,

Notícias publicadas pelo jornal ABC Sevilla, na sua edição de 22/05/2014, dão conta que a empresa Fitonovo foi declarada insolvente pelo Juizado Mercantil número 1 de Sevilha em Maio deste ano. Tendo dívidas que ascendem a quinze milhões de Euros.

Acresce ainda, de acordo com a mesma notícia, que:

O seu proprietário está imputado por presumível delito de fraude na obtenção de contratos municipais e corrupção ativa, tendo pago em Março deste ano uma fiança de 250.000 euros pela sua libertação depois de estar detido desde Dezembro do 2013.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Termos em que os Vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo da alínea s) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24/98 de 26 de Maio, vêm requerer a V. Ex.^a. que informe:

- A) Que legitimidade, capacidade jurídica, existe para o acesso a um concurso internacional realizado em Julho de 2014, de uma pessoa coletiva declarada insolvente em Maio de 2014;
- B) Quais são as garantias de execução dos trabalhos face à condição de insolvente da entidade adjudicada;
- C) Quais as medidas que o município pretende tomar a confirmar-se esta realidade.

Lisboa, 4 de Setembro de 2014.

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Carlos Moura